



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2015/00007**

Brasília, 19 de fevereiro de 2015.

**Objetivo da reunião:** Andamento da implantação do PJe  
**Horário e local:** 14h30 - Conselho da Justiça Federal  
**Assunto:** Implantação de sistemas

<b>Participantes</b>	<b>Função/Cargo</b>	<b>Unidade</b>
Misael Guerra Pessoa de Andrade	ASSESSOR B	ASTEC - SE
Jones Cardoso de Melo Filho	COORDENADOR	CONAC
Edimilson Cavalcante de Oliveira	COORDENADOR	COGES
Desembargador Federal Paulo Sérgio Domingues (psdoming@trf3.jus.br)	Coordenador PJe	TRF3
Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	Membro do Comitê	TRF1
Juiz Federal Theophilo Antonio Miguel Filho (heron@jfrj.jus.br)	Membro do Comitê	TRF2
Desembargador Federal Paulo Fontes (pfontes@trf3.jus.br)	Membro do Comitê	TRF3
Juiz Federal Paulo Paim da Silva (paulosilva@trf4.jus.br)	Membro do Comitê	TRF4
Juiz Federal Alcides Saldanha Lima (alcidesl@jfce.jus.br)	Membro do Comitê	TRF5
Marcos Barbosa (marcos.barbosa@trf1.jus.br)	Comissão Técnica de TI	TRF1
Dra. Maria Caetana (mcaetana@pgr.mpf.gov.br)	Membro do Comitê	MPU
Dr. Bruno Vinicius Batista Arruda (sgai@dpu.gov.br)	Membro do Comitê	DPU
Leonardo Santos Carvalho (leonardo.carvalho@jfrj.jus.br)	Membro da Secretaria Executiva PJe	SJRJ

## **Pauta**

### **1. Relatório do andamento da implantação do PJe na 1ª Região**

Dr. Marcelo apresenta o relato da implantação do PJe na 1ª Região, destacando as seguintes informações: 1) durante o recesso a equipe de TI e da área de negócios trabalharam corrigindo pendências; 2) houve relatos que informam que o PJe funciona bem melhor e que se equipara ao sistema que irá substituir, havendo 1.103 processos no Sistema; 3) na última reunião do Comitê Regional comentou-se que advogados tiveram problemas, mas que alguns deles estão relacionadas às questões próprias dos usuários, como configuração de equipamento, certificado digital e conexão com a internet; 4) é necessário que o CNJ continue apoiando o processo de implantação e que a Comissão coordenada pelo Melre (Secretário da STI/CJF) avance na questão da ferramenta de extração e sugere indicar um servidor da 1ª Região para integrar essa comissão, 5) houve relato de um advogado que quis peticionar anexando um grande volume de documentos, mas que foi resolvido com o atendimento direto no balcão; 6) avalia que o sistema está funcionando numa situação razoável e acredita na possibilidade de expansão e 7) Faz-se necessária a capacitação de servidores que trabalham na implantação do PJe e esses poderão auxiliar as outras regiões. O Dr. Paulo solicita para ser informado de qualquer reclamação e a solução dada no que se refere aos advogados. Marcos acrescenta que num primeiro momento os advogados foram muito ao balcão e agora isso é raro. O relatório completo encontra-se anexado a essa ata.

### **2. Relatório sobre o funcionamento da PJe na TNU**

Jones informa que aguarda a finalização dos testes para implantar a versão com MNI. Misael informa que ficou acordado com a TNU que a partir do dia 19/2 a Secretaria irá disponibilizar pessoal para realizar os testes. Leonardo sugere, em face da dificuldade da TNU, por falta de pessoal, para testar a versão trazer essa atividade para a Subcomissão. Nesse sentido, o Marcos manifesta sentir falta de montar um equipe de TI ativa no PJe, não somente no TRF1, composta por 1 ou 2 servidores por região. Valdir informa que o Ministro Noronha tentou criar essa equipe, mas não se concretizou em vista da dificuldade em se manter uma equipe em Brasília, sobretudo pelo valor das diárias. Misael relata a dificuldade das regiões em ceder servidores de área de TI. Jones relata dificuldade com a equipe, pois quando o servidor retorna ao órgão de origem este se envolve com a demandas do tribunal. Marcos consulta sobre a possibilidade dos servidores trabalharem remotamente para receber issues, mas Jones ressalta que os técnicos não possuem a experiência necessária e necessitam de acompanhamento presencial. Finaliza informando que é necessária uma atividade de monitoria.

### **3. Ressalva na ata MEMÓRIA DE REUNIÃO do Comitê Gestor nº [CJF-MRU-2014/00118](#), solicitada pela OAB**

Texto da ata: O Dr. Allemand informa que a OAB indicou representantes da classe para atuarem junto à ONU no sentido de garantir os direitos dos deficientes e idosos junto aos sistemas informatizados do Poder Judiciário. Texto sugerido pelo DR. Allemand: A informação prestada foi a seguinte: A Dra. Deborah Prates, que é deficiente visual, foi indicada para fazer o curso sobre "Uso dos Sistemas internacionais e regionais de proteção dos Direitos Humanos pela sociedade civil", objetivando conhecer os requisitos para promover denúncia contra o Brasil por ofensas aos Direitos Humanos.

### **4. Escritório Virtual - interoperabilidade do PJe**

A pedido do Dr. Allemand, representante da OAB, foi incluído na pauta a necessidade prioritização do desenvolvimento de funcionalidades na tela do advogado. O Dr. Paulo deixou

consignado que o CNJ já está desenvolvendo em parceria com a OAB Federal um novo sistema para o escritório virtual do advogado onde todas as demandas da OAB serão atendidas. Isto é uma prioridade para o CNJ, que pretende disponibilizar o sistema a partir do mês de abril/2015.

#### **5. Próximas reuniões**

Dr. Paulo propõe a realização da próxima reunião do Comitê Gestor do PJe no dia 5 de março, 17h. Todos concordam com a proposta. Misael consulta o Dr. Paulo sobre a possibilidade de este participar presencialmente das reuniões do CNJ. Dr. Paulo informa que poderia estar presente em um dia no TRF1 e no outro, 23/2, no CNJ. O Misael sugere, ainda, que o Dr. Paulo e o Dr. Marcelo reportem ao Corregedor-Geral o andamento do Projeto. Essa reunião poderia ser após a reunião do CNJ, que ocorre pela manhã.

#### **6. Relatório de acompanhamento de issues da Justiça Federal**

Leonardo apresenta relatório de acompanhamento de demandas (issues) de interesse da Justiça Federal, atualizado em 5/2/15, e acrescenta que as 17 issues com status de resolvida seja verificado se estão realmente funcionando. Há casos do CNJ haver feito alteração, mas que não foram efetivamente resolvidas. O referido relatório encontra-se em anexo.

#### **7. Implantação do PJe no TRF da 3ª Região**

A 3ª Região informa que irá empenhar-se ter uma definição, até a primeira quinzena de março, sobre a implantação do PJe. Leonardo sugere concentrar esforços nas demandas impeditivas, acrescentando que duas dessas precisarão de apoio do CNJ e solicita apoio ao Dr. Marcelo. Leonardo havia sugerido a utilização da base de dados do TRF1, mas que se tornou inviável em razão de existirem dados reais. Diz que o Aníbal ficou de preparar e instalar a base e solicita ao Jones verificar a possibilidade de apontar para a base de CPF do CNJ. Jones informa que irá providenciar.

#### **8. Tabela Única do CNJ**

Dr. Marcelo informa dificuldade na utilização da tabela única do CNJ por ser muito pobre e sugere utilizar a movimentação mais próxima como forma de contornar o problema. Diz que é preciso provocar a reativação do Cogetab e que este interaja com o CNJ. Ressalta que este é um ponto importante para a utilização do PJe.

<b>Ref.</b>	<b>Próximas Ações</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data Prevista</b>
2.1	Iniciar processo de treinamento para técnicos de TI e da Subcomissão de Desenvolvimento	Jones	23/02/2015
6.1	Realizar testes nas issues já concluídas pelo CNJ	Núcleo do PJe do TRF1	28/02/2015
7.1	Preparação do ambiente de testes do CJF com a versão 1.7.0.3	Jones	09/02/2015
8.1	Unificação da tabela de documentos da Justiça Federal para o MNI	Misael e Subcomissão de Parametrização	28/02/2015
8.2	Solicitar a reativação do funcionamento do COGETAB	Desembargador Federal Paulo	28/02/2015

		Sérgio Domingues	
--	--	---------------------	--

EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA

Coordenador de Gestão Organizacional

